

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	8
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	9
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

- 5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros  
Não se aplica.

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Não se aplica.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não se aplica.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não se aplica.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica.

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não se aplica.

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não informado.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ANÁLISE DOS RESULTADOS – R\$ milhões**

	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>64,4</b>	<b>64,3</b>	<b>99,3</b>	<b>115,8</b>	<b>128,9</b>	<b>196,6</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(66,4)</b>	<b>(77,0)</b>	<b>(102,4)</b>	<b>(114,6)</b>	<b>(118,0)</b>	<b>(184,2)</b>
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(12,7)</b>	<b>(3,0)</b>	<b>1,2</b>	<b>10,8</b>	<b>12,3</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(18,8)</b>	<b>(24,0)</b>	<b>(7,1)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>5,5</b>	<b>5,6</b>

**EBITDA**

(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e Estados Unidos da América, uma medida do fluxo de caixa operacional, o utilizamos para medir ou mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com esse fim, ou seja, como indicador de desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

O EBITDA totalizou R\$ 13,7 milhões no ano, montante 114,0% superior ao registrado em 2008, com margem EBITDA de 10,6% em relação à receita líquida.

<b>Reconciliação EBITDA - R\$ milhões</b>	<b><u>2005</u></b>	<b><u>2006</u></b>	<b><u>2007</u></b>	<b><u>2008</u></b>	<b><u>2009</u></b>	<b><u>2010</u></b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(18,9)</b>	<b>(24,0)</b>	<b>(7,2)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>5,5</b>	<b>5,6</b>
<b>(+) IR, CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,5</b>	<b>1,9</b>
<b>(+) Despesa Financeira Líquida</b>	<b>16,8</b>	<b>10,7</b>	<b>4,1</b>	<b>3,7</b>	<b>2,2</b>	<b>4,7</b>
<b>(+) Depreciações e Amortizações</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>3,6</b>	<b>3,8</b>	<b>4,4</b>	<b>4,6</b>
<b>EBITDA</b>	<b>0,9</b>	<b>(10,1)</b>	<b>0,5</b>	<b>6,4</b>	<b>13,7</b>	<b>16,8</b>

**Valor Adicionado**

O valor adicionado em 2010 totalizou R\$ 92.455 mil. Desse montante R\$ 38.013 mil, equivalente a 17,4% das receitas obtidas e 41,1% do valor adicionado total,

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

**Distribuição do Valor Adicionado:**

- Remuneração do Trabalho = 51,9%
- Remuneração do Governo = 41,1%
- Remuneração de Capitais = 7,0%

**INVESTIMENTOS**

A conclusão de obras iniciadas no exercício de 2009, e aquelas necessárias à manutenção do Complexo Anhembi e Autódromo de Interlagos traduzem as realizações dos investimentos da São Paulo Turismo em 2010.

Dado ao crescimento das feiras e convenções na cidade de São Paulo, temos claro que a exigência de investimentos mais significativos deverão ter prioridade, doravante, para que possamos atender e nos manter competitivamente para o recebimento dos grandes eventos que se instalarão na cidade nos próximos anos, como a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e Expo 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

10.2. Os diretores devem comentar[14] [15]:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas			
	2008	2009	2010
Locações	43.536.885,30	55.483.806,66	57.890.663,27
Estacionamentos	12.270.502,80	10.716.076,99	13.801.376,36
Concessões	281.526,84	3.536.744,11	4.144.143,15
Eventos/Turismo	62.959.797,05	63.090.619,82	133.796.867,41
Serviços	1.437.039,31	2.013.465,13	2.380.158,97
Outras Receitas	2.765.193,41	2.300.929,23	8.235.223,04
	<b>123.250.944,71</b>	<b>137.141.641,94</b>	<b>220.248.432,20</b>
(-)Deduções da Receita Bruta	(7.359.244,67)	(8.229.135,02)	(21.390.104,86)
Receitas Operacionais Líquidas	115.891.700,04	128.912.506,92	198.858.327,34

O principal componente de locações são as cessões de áreas do Pavilhão de Exposições.

O principal componente das receitas eventos/turismo são Carnaval e Fórmula 1.

ii.fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais são os que constam das mensagens da administração nos balanços publicados.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor



10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houveram introdução ou alienação de segmentos operacionais.

A alienação por desapropriação pela DERSA de parte do Sambódromo para fins de alargamento da Av. Marginal Tietê não trouxe efeitos relevantes, e nem espera-se que venha a trazer efeitos relevantes nos resultados, pelo fato de a área alienada não possuir instalações responsáveis por geração direta de receitas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar[16]:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

- c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2007

“4. O saldo da rubrica contábil fornecedores “São Paulo Transporte S.A.”, registrado desde o exercício de 1998, está sendo questionado judicialmente, pela empresa credora, em razão de discordância de valores.

5. A SÃO PAULO TURISMO S/A, nos últimos exercícios apresenta prejuízos operacionais, demonstrando a necessidade de ingresso de recursos por parte de seu acionista majoritário.

2008

“3. A Sociedade possui um parcelamento junto a Receita Federal (PAES), sendo que a sua atualização encontra-se a menor em R\$ 556.271,90. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados neste montante.

4. Os depósitos judiciais efetuados pela Sociedade até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 5.329.031,04 não estão atualizados monetariamente. Nossos exames indicaram que tal atualização seria no montante aproximado de R\$ 1.361.174,35. Consequentemente, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados neste montante.

5. No 4º trimestre de 2008, a Sociedade efetuou eventos referentes a realização de feiras, lançamentos, inaugurações e outros, os quais ainda não haviam sido faturados e por consequência, os mesmos não estavam contabilizados como receita o valor destes eventos é de R\$ 1.266.337,96, sendo que os seus respectivos custos já estavam reconhecidos. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados neste montante.

6. Conforme descrito na nota 7, a Sociedade possui um parcelamento junto a Prefeitura de São Paulo, sendo que os juros deste parcelamento encontravam-se contabilizados a menor em R\$ 193.905,46. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão superavaliados neste montante.

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos fatos mencionados nos parágrafos 3, 4, 5 e 6 acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Turismo S.A., em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8. O saldo da rubrica contábil fornecedores São Paulo Transportes S.A. no valor de R\$ 5.336.157,33, registrado desde o exercício de 1998, está sendo questionado judicialmente, pela empresa credora, em razão da discordância de valores.

9. A Sociedade apresentou, em 31 de dezembro de 2008, prejuízo de R\$ 1.131.920,87 (R\$ 7.194.094,89 em 2007). O equilíbrio patrimonial e financeiro dos negócios depende da continuidade da obtenção de recursos junto ao seu acionista majoritário. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na eventual impossibilidade de a Sociedade continuar operando. “

2009

“3. A Companhia possui R\$ 5.554 mil, em 31 de dezembro de 2009, contabilizados como Depósitos Judiciais no Realizável a Longo Prazo. Todavia, não nos foi apresentada documentação suporte referente as ações correspondentes a esses depósitos registradas como Provisão para Contingência no Passivo Não Circulante. Consequentemente, não foi praticável nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação desses montantes.

4. A Companhia possui contabilizado na rubrica Financiamento INSS/PMSP Termo Aditivo um montante de R\$ 4.379 mil referente a autuações por parte do INSS desde 1999. Entretanto tal montante encontra-se registrado pelo valor histórico. Consequentemente, não foi praticável nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação desses montantes.

5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos fatos mencionados nos parágrafos 3 e 4, acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A.**, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Em 04 de novembro de 2009 foi celebrado acordo com o fornecedor São Paulo Transportes S.A. pelo qual a Prefeitura do Município de São Paulo autorizou o equacionamento da pendência existente entre a **São Paulo Turismo S.A.** e a São Paulo Transportes S.A. mediante repasse da Prefeitura à conta do Sistema de Transporte Coletivo, despesas estas relativas aos Carnavais de 1997 e 1998. Mediante este fato a Companhia reconheceu uma Receita de R\$ 5.336 mil, composição de R\$ 3.129 mil decorrentes da reversão referente a atualizações monetárias contabilizadas em provisões para contingências cíveis, e R\$ 2.207 mil como crédito para contrapor ao valor do principal, que se encontrava contabilizado há longa data na rubrica contábil fornecedores São Paulo Transportes S.A. O crédito foi utilizado para baixar o fornecedor em 05/02/2010, data da publicação da homologação do acordo, entretanto não foi

apresentada documentação suporte referente a desobrigação da São Paulo Turismo liquidar a dívida de R\$ 5.336 mil junto à Prefeitura do Município de São Paulo, uma vez que esta liquidou uma obrigação registrada pela **São Paulo Turismo S.A.** “

- 10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências,

Não informado.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O controle interno base para elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e o ERP – Enterprise Resources Planning, atualmente implantado nas áreas de Contas a Receber, Contas a Pagar, Tesouraria e Contabilidade. As imperfeições decorrem da forma limitada de sua implantação, não abrangendo, por exemplo as áreas de Vendas, Compras, Recursos Humanos, etc. A expansão dos referidos módulos é impossibilitada devido ao fato de o instrumento convocatório com base da Lei 8.666/1993 ser restrito às áreas que atualmente utilizam o ERP. Providências estão sendo tomadas para abertura de novo certame para implantação de ERP mais abrangente.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente
- c. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar[17]:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 2008 houve a integralização ao capital dos adiantamentos feitos pela Prefeitura de São Paulo nos períodos de 1993 a 2008, tendo sido emitidas 3.231.247 ações ordinárias ao valor de R\$ 28,81. Portanto, os recursos, decorrentes de adiantamentos já efetuados, foram basicamente utilizados para cobertura do capital de giro e investimentos no ativo imobilizado.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando[18]:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Contratos de cessão de áreas podem ser assinados dois, três anos antes de sua realização. O cliente começa a pagar alguns meses antes da realização. Portanto, do período de assintaura do contrato, até o cliente pagar algum valor, caso o cliente desista do contrato, este não perde nada. Caso a São Paulo Turismo S/A não consiga realocar o espaço para outro cliente, a área deixará de ser locada para o período que o primeiro cliente desistiu. Os contratos só são reconhecidos contabilmente conforme efetivamente os valores são adiantados. Caso o cliente desista do uso da área, perde eventuais valores adiantados. O montante de contratos para futura cessão de áreas cujos valores não tenham sido adiantados estima-se em R\$ 159.274 mil em 31/12/2009.

iv. contratos de construção não terminada

Só existem algumas reformas em andamento cujos valores não são relevantes.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras



Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Via de regra, os valores contratados se traduzirão em adiantamentos de clientes que posteriormente, com a realização do evento, tornam-se receitas.

Eventuais cancelamentos de contratos podem trazer reflexos relevantes pela forma como o contrato eventualmente seja negociado. Se porventura, houver adiantamentos e eventualmente tornam-se créditos para utilização futura, caso tenham sido reconhecidos em receitas, os mesmos serão estornados e voltam para adiantamentos de clientes. Em adiantamentos de clientes a dificuldade será conhecer para quando será utilizada a cessão de área. Caso não haja negociação, o valor adiantado não é devolvido e torna-se receita.

- b. natureza e o propósito da operação

O reconhecimento contábil só em face aos adiantamentos efetivamente recebidos decorre do fato de se não recebermos nenhum valor, ainda não estaríamos obrigados e, só teremos direito, se cedermos a área.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não consta estudo na empresa quanto ao direito gerado por ocasião da assinatura, enquanto não houver a cessão da área.